

De
Ho
Test

III

BÍBLIA E

HOMOSSEXUALIDADE

Par
a soc
mora
siste
const
pre c
suler
usa
foco
anti
na c
ris
vni
sol
eta
pa
de
sa
pre
ter
pr
le



Devem eles e elas morrer? Homossexualidade no Antigo Testamento e no Oriente Médio Antigo (cf. Levítico 20,13)

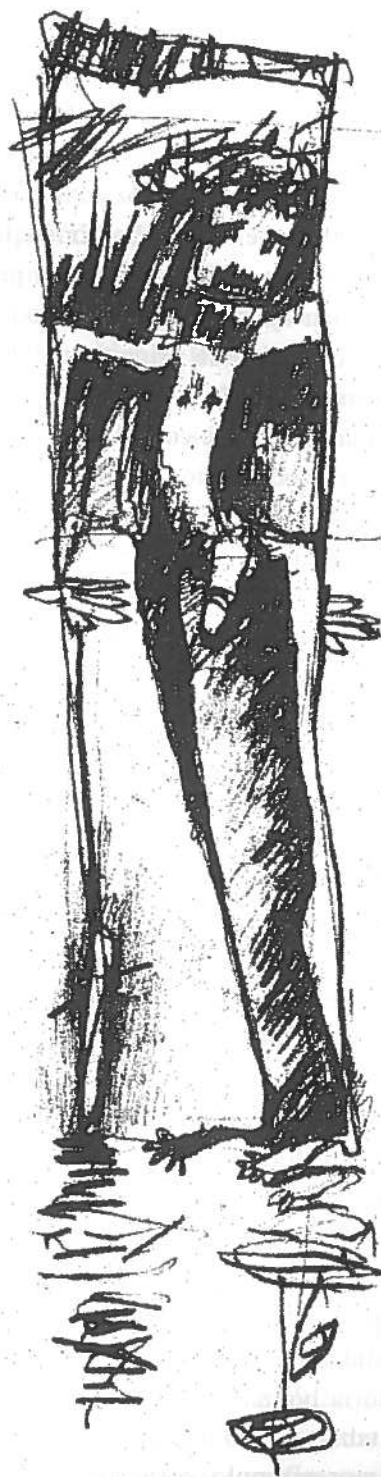
ERHARD S. GERSTENBERGER

I. Pontos de partida

Para avaliar e julgar qualquer coisa fora de nós é necessário estarmos conscientes da nossa própria posição, do lugar onde estamos vivendo, do sistema cultural do qual fazemos parte. Essa conscientização hermenêutica é imprescindível por que o nosso “lugar vivencial” condiciona de antemão as nossas perguntas, pesquisas e as nossas conclusões, especialmente em questões da ética sexual. Sempre há muitos preconceitos reinantes dentro de qualquer sistema social, isso torna difícil enxergar outros tantos sistemas e valores. Da mesma forma, devemos contar com as limitações culturais e vivenciais dos autores e das autoras dos textos antigos. Eles e elas também eram influenciados na sua própria época, pelos parâmetros vigentes da sua etnia, religião, do seu sexo e estado social. Entender uma outra cultura e suas decisões éticas significa reconhecer as próprias limitações, bem como a relatividade do sistema alheio de viver e pensar. Tendo em vista os problemas da homossexualidade, passamos a analisar os seguintes pontos:

1) *Individualismo*

Desde a época do iluminismo no século 18 d.C. as sociedades industrializadas estão experimentando um processo sempre mais rápido de transformação (cf. D. Ribeiro). Devido ao surgimento de várias novas forças sociais (p. ex., modo de produção; urbanização; tecnologias revolucionárias) o indivíduo autônomo chegou a ocupar o lugar mais destacado no sistema de



Sergio David Centeno (Visual Arts, WCCU, Hoguenitos)

valores éticos. H. E. Richter fala em um verdadeiro autismo da pessoa isolada. Considerações familiares ou sociais bem como a responsabilidade pelas gerações futuras passam a um segundo plano. Tal autonomia pessoal era desconhecida na antigüidade. Dificilmente a consciência grupal de outrora, que facilmente se tornava uma "ideologia familiar e patriarcal", pode ser comparada com o nosso valor supremo da liberdade e responsabilidade individuais (cf. J. Pedersen).

2) *Sexualidade*

O papel geral da sexualidade, conseqüentemente, mudou bastante da antigüidade para as sociedades industriais de hoje. Enquanto antigamente ela era considerada principalmente uma função estritamente da família patriarcal (embora na literatura marginal fosse considerada como um dom humano que proporciona alegria, cf. Kant) agora, sob outras condições (p. ex. desintegração da família autárquica; sistemas estatais de previdência; medo de superpopulação), tornou-se uma função ligada exclusivamente à pessoa individual. Também mudou do seu valor predominantemente procriativo para um meio, sobretudo, de auto-realização.

3) *Significado cultural*

A sexualidade das mulheres e dos homens foi muitas vezes considerada no Oriente Médio antigo bem como em muitas outras culturas, como áreas carregadas de potências super-humanas em oposição ao culto religioso, de modo que as atividades sexuais contaminariam terrivelmente o serviço regular à divindade. Por outro lado, há um sistema de valores que sacraliza a sexualidade e a sua incorporação no culto, simbolizado pelo "casamento sagrado" nas festividades do ano novo em Babilônia (S. N. Kramer). Pode-se constatar, provisoriamente, que o antagonismo entre sexualidade e culto provavelmente provém da pré-história humana, quando se desenvolveram fortes tabus de não misturar potências opostas, como, por exemplo, o sacrifício sangrento

simbolizando morte e expiação, e a sexualidade significando vida e criação. Por outro lado, a santificação do sexo em alguns ritos culturais pertencia a oportunidades especiais. Na história cultural israelita, porém, a sexualidade foi banida pouco a pouco, por causa da concentração exclusiva em um deus solteiro e presumivelmente transexual nas épocas exílicas e pós-exílicas. Em ambos os casos, porém, a esfera do culto tinha que estar bem protegida contra o contato ilegítimo ou abusivo das forças sexuais.

4) *Responsabilidade sexual*

Apesar de ser uma força superior e ser regulamentada por ordens divinas na antigüidade, a sexualidade humana foi entendida como controle total de cada pessoa. Ela mesma era portadora e administradora dessa potência criativa, por isso responsável por seus atos e decisões. Hoje sabemos que o indivíduo não tem controle absoluto sobre a sua orientação sexual. Ele – embora carregando responsabilidade pelos atos individuais – fica dependente de condicionamentos biológico-sociais quanto à direção fundamental de sua sexualidade. Em outras palavras: os nossos antepassados do Oriente Médio antigo só reconheceram uma única forma da vida sexual, o relacionamento íntimo com pessoas do sexo oposto. Não sabiam nada, nem da orientação fixa ou temporária da homo, nem da bissexualidade.

5) *A Bíblia contextual*

A Bíblia representa uma condensação da história milenar da fé dos Israelitas. Muitas épocas, classes sociais, movimentos culturais se imprimiram nos textos preservados até o ponto de enfrentamos tensões fortes e discrepâncias teológicas nesses testemunhos de fé. As afirmações da Bíblia não podem ser harmonizadas para uma única teologia ou ética coerente, sem antagonismos. Isto é muito natural, por que teologicamente falando, a palavra de Deus está conosco apenas em formas concretas, contextuais e transitórias, ou "em vasos de barro" como diz Paulo. A palavra eterna, está-

tica, nem se poderia articular em nossas línguas temporárias. Assim, tudo o que a Bíblia nos comunica, fica sob veredicto da transitoriedade e relatividade. Por isso, temos que articular novamente a nossa própria fé em nosso próprio tempo, certamente em diálogo sério e intenso com os antepassados da fé, mas de olho na realidade de hoje, em nossos contemporâneos e na criação inteira que vivenciamos.

6) *Homossexualidade um crime?*

Particularmente na tradição cristã, a homossexualidade foi criminalizada e banida por muito tempo. Propagandistas ferrenhos e cegos da suposta santidade de Deus às vezes perseguiram os homossexuais com violência física e coerções espirituais, tentando literalmente aniquilar pessoas de outra orientação sexual considerada “anormal” ou “de Satã”, ou ainda, curá-las da assumida “doença” (J. Boswell). Essa história fatal de intolerância, na verdade, é uma hipoteca pesada de culpa nos ombros das igrejas cristãs. Diante dessa tradição, contrária ao Evangelho da libertação e de amor, temos que pesquisar especialmente o Antigo Testamento, por que ali encontramos as raízes das prescrições da homossexualidade masculina (a feminina só entra em cogitação esporadicamente a partir de Rm 1,26). Esperamos de antemão, que os testemunhos bíblicos de épocas diferentes não sejam uniformes na sua avaliação do fenômeno em debate.

II. Os textos relevantes do Antigo Testamento

1) *Quadro geral*

Os escritos do Antigo Testamento raramente se referem à homossexualidade masculina, e ignoram totalmente a homossexualidade feminina. De maneira predominante é a heterossexualidade, o relacionamento de mulher e homem e vice versa, que atrai toda a atenção. Não importa que gênero da literatura consultamos, narrações ou provérbios, poesia secular ou religiosa, historiografia ou genealogias, sempre é a oposição e justaposição

de homens e mulheres que está tematizada. Algumas vezes, essa conjunção sexual se torna o tema central do texto (cf. Ct 1-8; Gn 34; 38; Jz 13; 19; 1Sm 1; 1Rs 11,1-6; 21,4-16; Pr 7; 31,10-31; Esd 10; Sl 128, etc.). De maneira “natural” os dois gêneros de pessoas são apresentados como se fossem quase uma entidade complexa (cf. Gn 1,27; 2,23). Laços amigáveis entre pessoas do mesmo sexo também não se mencionam muitas vezes. O livrinho de Rute conta da lealdade extraordinária de uma nora junto à sogra. Os pequenos contos sobre Jônatas e Davi (1Sm 18-20; 2Sm 1,17-27) são estórias equivalentes, no lado masculino. De modo geral, no entanto, a configuração de pessoas do sexo oposto predomina em todos os escritos da Bíblia.

Textos realmente explícitos quanto à homossexualidade masculina só temos dois, ambos no livro de Levítico no Pentateuco (cf. E. S. Gerstenberger, 1993a). Encontram-se incluídos em tábuas de prescrições ou proibições culturais, a serem analisadas mais tarde (Lv 18,22; 20,13). São dois versículos pequenos entre mil páginas da Escritura. Aí temos definições enunciadas do ato sexual proibido: “...deitar com um homem como se deita com uma mulher”. No entanto, não se diz exatamente que tipo de coabitação é entendida: anal, oral, masturbação mútua ou outra. Não descreve a atividade ou passividade de um ou outro amante. Mas certamente fala-se da estimulação sexual entre homens.

Todos os outros textos do Antigo Testamento oferecem menos perspicuidade quanto ao assunto. As lendas sobre a destruição de Sodoma e Gomorra (Gn 19) por causa da perversidade de seus habitantes bem como a saga da concubina violentada em Gibeá (Jz 19) sem dúvida tem conotações homossexuais. Em ambos os textos, “vagabundos” da cidade pedem com palavras quase idênticas, primeiro, a entrega de hóspedes masculinos: “Faz sair o homem que está contigo para que o conheçamos” (Jz 19,22; cf. Gn 19,5). O verbo “conhecer” nestes contextos (e em muitos outros), com efeito, significa um ato sexual,

mas não sabemos exatamente qual era esse ato procurado e para que finalidade foi exigido (para castigar e desonrar o estrangeiro?). O narrador avalia esse pedido dos vagabundos como comportamento criminoso.

Outros textos veterotestamentários não deixam transparecer com clareza se atos homossexuais são intencionados. Ham, o “pai de Canaã, viu a nudez de seu pai”, e Noé, acordado “soube o que lhe fizera seu filho mais jovem” (Gn 9,22.24). Os outros dois filhos tentam remediar a situação, aproximando-se do pai nu “andando de costado” e cobrindo-o com um manto (v. 23). Aparentemente, a ignomínia para o pai resta no simples fato de ser visto pelos filhos num estado descoberto. Não temos referência à homossexualidade neste texto explicitamente.

O prostituto masculino bem como o “pagamento de um cão” mencionados em Dt 23,18s constituem um caso incerto conforme novas pesquisas feitas. São tratados, na obra do Deuteronomista, como perversões típicas para os vizinhos cananeus. A interpretação cristã fortificou ainda esse quadro geral, destacando cada vez mais o abismo sujo da prostituição cultural dos cananeus. No entanto, as evidências para a situação acusada são bem escassas. No fundo, só temos uma única referência em Heródoto I, 199 que fala das mulheres que tem que se prostituir no templo antes do casamento, para assegurarem a fertilidade desejada no matrimônio. Pesquisadores modernos são céticos quanto às denúncias do Deuteronomista por isso. (cf. H. M. Barstad, 17-33; H. Ringgren, ThWAT VI, 1200s). – Olhando mais de perto, as acusações do Deuteronomista (cf. Dt 23,18s; 1Rs 14,24; 15,12; 22,47; 2Rs 23,7) constata-se que são mesmo muito gerais, tematizando a apostasia para outras divindades, mas não explicitamente atos ou ritos sexuais. O significado da ação do “prostituto” e da “prostituta” (*qadeš*; *qedešah*) se deriva do hebraico *qdš*, “estar santo”, “santificar”. Em si, tal nomeação não sugere uma dedicação ou atuação sexual qualquer. Tem pessoas “santificadas”

a Yavé mesmo, sem implicar sexualidade qualquer (cf. 1Sm 1,11.28 = Samuel; Nm 6,5.8 = os nazireus). Assim, temos que ter cautela ao utilizarmos essa evidência bem fraca para fundamentar sanções contra a homossexualidade.

Da mesma forma, o uso metafórico do conceito “prostituição” não leva à implicações homossexuais. Javé as vezes é apresentado como esposo de Israel ou Jerusalém (cf. Ez 16; 23; Is 62,4s). A mulher de Deus, então, se torna infiel, prostituindo-se a outras divindades. O profeta Oséias vivencia simbolicamente tal infidelidade (Os 1-3; cf. 4,14). Mas claramente trata-se de uma aberração dentro do sistema heterossexual.

O resultado, então, visando testemunhos a respeito da homossexualidade, é bastante rarefeito. O Antigo Testamento, bem volumoso com os seus 41 livros e livretos, faz pouquíssimas afirmações sobre o nosso assunto. A prostituição cultural de homens para homens é uma quimera enigmática da literatura posterior, sendo mais um monstro nas cabeças de exegetas do que nos textos originais. A homossexualidade masculina, com efeito, só se repudia nos textos citados no livro de Levítico. Os dois capítulos relevantes providenciam um contexto nitidamente cultural e ritual, quer dizer, a abominação articulada a respeito dessa variedade de comportamento sexual tem o seu lugar bem definido. No mais, encontramos poucas narrações nas quais atos violentos homossexuais de criminosos estão sendo denunciados. Nestes casos, sentimos uma certa avaliação jurídica nos textos principalmente enfatizando a violência envolvida. Além disso, encontramos duas estórias elogiando com toda a naturalidade a amizade íntima entre pessoas não parentes do mesmo sexo, Noemi e Rute, Jônatas e Davi. Usa-se até o verbo “amar” nos últimos textos. Considerando essa evidência muito escassa e sabendo bem que a vida é maior do que alguns versículos de texto escrito, provindo de mil anos de história podemos admitir francamente: Não sabemos quase nada sobre as atitudes frente a homossexualidade no antigo Israel.

2) Oriente Médio antigo

A falta de fontes históricas poderia ser compensada um pouco pela literatura antiga do Oriente Médio, sobretudo pelos arquivos cuneiformes da Mesopotâmia. Ali temos textos abundantes de muitas áreas de vida proveniente de pelo menos dois milênios da história pré-cristã. Infelizmente, porém, existem poucos estudos sobre a temática que tratamos. Os especialistas ainda não dirigiram a sua atenção em direção a questões da ética sexual e à homossexualidade em especial. Por isso, resta-nos fazer umas poucas observações.

Os diversos materiais do Oriente Médio antigo mostram atitudes diferentes quanto à homossexualidade. No fundo, todas as práticas e fenômenos sexuais implicam perigo em relação ao culto, por que perturbam a esfera de santidade divina. Apenas em casos excepcionais como a celebração do casamento sagrado (Ano Novo) na Babilônia, o ato sexual fica incorporado nos ritos do templo. Rei e sacerdotisa se reúnem para simbolizar e garantir a fertilidade do próximo ano (cf. S.N. Kramer; J. Renger; J.S. Cooper). Normalmente, sacerdotes envolvidos em sacrifícios tem que se abster da coabitação, para não obstruírem a efetividade do seu serviço no altar de Deus. Regulamentos de serviço para o pessoal do templo ordenam uma limpeza geral e escrupulosa por lavagens para todos envolvidos na liturgia sagrada, argumentando bem racionalmente: Será que um senhor soberano se alegrará com um oficial sujo? (cf. C. Kühne, 201s). A homossexualidade não é mencionada no contexto de regulamentos sacerdotais. Mas a pena de morte para qualquer pessoa praticando atos sexuais com certos animais (gado; ovelha; porco; cão) nas leis hititas remonta, provavelmente, à regras culturais. Em contraposição, a relação sexual com cavalo e jumenta não sofre punição nenhuma (E. von Schuler, 121-123). Contatos entre homens na lei hitita são proibidos ape-

nas quando pai e filho estão envolvidos; no mesmo contexto são interditas ligações sexuais entre filho e mãe, bem como entre pai e filha (relação incestuosa).

Na lei da Assíria média encontramos uma clara condenação de um ato homossexual: “Se um homem coabita com o seu companheiro, e o caso pode ser comprovado, ele deve ser ‘coabitado’ e castrado” (R. Borger, 83). Alguns especialistas opinam que o crime consistia em um ato de violação, por que o parceiro passivo (“companheiro”) não é sujeito a castigo. Outras referências nos códigos de leis (p. ex. o famoso código de Hammurabi) não temos. Também não existe referência alguma a respeito da homossexualidade feminina em todas essas leis.

Outros tipos de literatura (provérbios; fábulas; contos; etc.) exibem um quadro bem diversificado quanto às atitudes frente à homossexualidade. Às vezes ela fica valorizada como se fosse uma coisa bem natural entre pessoas socialmente iguais. Da mesma forma existem representações artísticas de casais gays (J. Bottero/H. Petschow, 461). Prostitutos profissionais estão atestados na Babilônia antiga, porém não em conexão a templos (J. Bottero/ H. Petschow, op. cit., 463-466).

Em suma: os textos do Oriente Médio antigo mostram que a homossexualidade masculina esteve presente naquelas sociedades milenares. E ela não foi ignorada pelos contemporâneos. Reagiram conforme a atitude vigente na época, no estrato social e lugar vivencial (expressivo em diferentes gêneros de literatura) de maneira diferente. Condenação e tolerância são os pólos extremos das posições sobre o tema. Em meio a isto, podemos especular; se encontram muitas maneiras de estimar ou menosprezar comportamentos de grupos minoritários em qualquer sociedade humana. Sobre mulheres lésbicas não temos notícias na literatura da região. Uma investigação de sociedades tribais na atualidade iria confirmar o espectro colorido de avaliar a homossexualidade em culturas e tempos diferentes.

3) Lugares vivenciais

Já indicamos, desde o começo, a importância do lugar social e cultural onde vivemos. A mesma observação vale para os textos que acabamos de ver. Onde eles foram compostos e usados? Partindo da tese, de que a ocorrência da orientação homossexual fica mais ou menos igual em todas as sociedades humanas perguntamos, como a minoria de homossexuais, seja ela entre 5% e 10% da população sexualmente ativa, foi vista em algumas áreas da sociedade?

A esfera importantíssima de investigar seria a da família, do clã, da comunhão íntima da aldeia, em suma, essa comunidade de convivência diária, face a face. Aí, podemos imaginar a base dos textos antigos, a heterossexualidade foi muito valorizada mesmo, sendo o veículo da reprodução e sobrevivência grupal. Possivelmente, orientações homossexuais foram toleradas enquanto não interferiam nas práticas comuns. Ao mesmo tempo, todo mundo provavelmente sentia os mistérios e a força dos impulsos sexuais e da reprodução biológica. O poder inexplicável do amor, da criação de novos seres, da vida e da morte levaram à conclusão, de que só as divindades entendiam e dominavam tais forças maiores. Então, todos tinham que se comunicar com os deuses, em questões da sexualidade para aproveitar dela e não sofrer danos inestimáveis.

Provavelmente, as pessoas procuravam a ajuda de Deus a respeito do poder reprodutivo e também tentavam proteger-se das influências dos maus demônios e dos mágicos. É bem possível, que a orientação minoritária de homossexuais causou ansiedades adicionais a respeito de deformações, mudanças genéticas, perda de potência masculina, etc., como consequência de relações sexuais entre homens.

Em outras áreas de vida e da organização social enxergamos vagamente outras atitudes. Entre os legisladores de algumas regiões culturais, aparentemente a homossexualidade foi considerada uma força destruidora e também um instrumento oportuno de infligir castigo ignomínia.

Motivos culturais podem ter sido responsáveis para tal avaliação. Nota-se, no entanto, que a maioria das leis existentes no antigo Oriente Médio regulam, isso sim, as relações familiares com os seus conflitos, mas simplesmente ignoram os fenômenos da sexualidade de minorias. Bem diferente foi provavelmente a atitude de soldados nos exércitos dos estados contemporâneos, como é o caso em todos os exércitos do mundo. Relações sexuais nos meios militares eram e são bem comuns, escapando às mais sofisticadas tentativas de supressão. A história de Jônatas e Davi por isso pode ser lida como conto de uma amizade entre soldados, implicando – sem problemas – também relações sexuais (cf. 2Sm 1,26: “A tua amizade me era mais cara do que o amor das mulheres” (veja S. Schroer, T. Staubli).

A área mais sensível para a noção de poder contido na sexualidade ou ligado à ela, sem dúvida é a esfera cultural, como já foi dito. A primeira noite dos recém-casados, por exemplo, era uma ocasião para os demônios nocivos atacarem sobretudo o noivo (cf. Gn 38,6-11; Tobias 3,7-9). Precisava-se uma defesa ritual, com ajuda de divindades mais potentes do que os demônios atacantes. Os cultos principais só podiam funcionar bem, se os sacerdotes exercessem as suas funções no altar de deus sem serem contaminados por potências da esfera feminina. Até os soldados de Davi, antes de receber o pão sagrado do santuário de Nobe tem que declarar a sua “pureza” corporal (1Sm 21,5-7). Isto significa, que pelo menos por três dias não tiveram relações sexuais com nenhuma mulher. Sacerdotes, que não obedecessem a essa obrigação essencial de castidade temporária mereciam a punição máxima (cf. 1Sm 2,22-36). Precauções cuidadosas são necessárias para manter o serviço sacerdotal intacto e impedir qualquer abuso de objetos sagrados por pessoas não santificadas suficientemente (cf. Lv 7,19s; 8,31-35; 21,16-23; 2Cr 30,13-20). Mais uma vez os prescritos do santuário se mostram eminentemente influenciados no que diz respeito à definição da homossexualidade.

III. As proibições de atos homossexuais no livro de Levítico

A condenação da homossexualidade masculina está enraizada somente nas duas passagens do livro de Levítico já apontadas (Lv 18,22 e 20,13). Por essa razão, são textos chaves na discussão do assunto até hoje (são básicos até para as denúncias feitas da homossexualidade no Novo Testamento), e temos que estudá-los mais de perto (cf. E. S. Gerstenberger, 1993a).

1) Contexto

Dentro do Pentateuco o livro de Levítico ocupa um lugar central, não somente quanto a localização física, mas também no que diz respeito ao seu valor ético e cultural. O livro contém o maior número de mandamentos e admoestações para o povo de Israel. Ele é o verdadeiro fundamento para a fé e a organização social e eclesial da comunidade de Javé na época exílica e pós-exílica. Em vez de declarar esse escrito de “sacerdotal” prefiro um significado de ação mais comunitária: Levítico é um catecismo da assembleia do povo de Deus, com valiosas regras para um comportamento adequado frente a Deus. No âmbito de nossas passagens particulares encontramos fortes exortações de “estar santo” diante de Javé (cf. Lv 11,44; 19,2; 21,8), quer dizer, de se adaptar à esfera radiante e contaminante do poder de Deus.

2) *Tabus sexuais*

O capítulo 18 do livro de Levítico é uma composição de várias tradições mais antigas. O núcleo parece abranger os vv. 7-16, uma lista de proibições referente às relações sexuais proibidas na grande família de três gerações que vivem em conjunto: avó, pai, filhos casados (K. Elliger). Os membros masculinos dessa “grande família” estão sendo advertidos de não entrar em contato sexual com nenhuma mulher fora do seu grupo (as suas próprias mulheres). A expressão chave é “Não descobrirás a nudez de ...”, certamente na maioria de casos um eufemismo para coabitar

com uma mulher. Mas, como já vimos em Gn 9,20-27, o mero olhar a nudez pode constituir uma violação terrível, da esfera e da potência sagradas, que simplesmente não deve acontecer. O grupo teme rupturas profundas, se tiver desobediência neste ponto. Por isso coloca advertências: Você danifica-se a si mesmo! Assim não se pode agir dentro da pequena comunhão. Todo mundo dentro do grupo concorda, não é preciso chamar Deus, neste texto mais antigo, para implementar as sanções. Assim – como definido nas proibições – não se faz entre “irmãos e irmãs”. Podemos chamar esse procedimento de exortar e coagir pessoas de parentesco paterno; um convênio familiar expresso com interdições firmes e cheias de tabus.

O bloco dos vv. 19-23 está vinculado à lista de proibições mencionadas, mas ele tem um caráter bem diferente. Quer ele suprimir atividades poluentes para o culto oficial (não familiar!), na maioria atividades sexuais. São cinco as proibições dessa pequena lista: Coabitação com uma mulher menstruada (v. 19); coabitação com mulher do vizinho (v. 20); coabitação de homem com homem (v. 22); coabitação com animal (v. 23). A proibição de consagrar um filho para (a divindade?) Moloc (v. 21) fica no meio dessa lista de “aberrações” sexuais, um pouco deslocado. O texto completo se dirige a pessoas masculinas, mas não dentro de um conjunto familiar. A entidade protegida não é o grupo de homens, mas sim, a esfera divina de santidade absoluta. Todos os crimes denunciados danificam, em primeiro lugar, essa santidade de Javé. Isto é o ponto prioritário do argumento. Ex.: A coabitação com uma vizinha casada, na lei civil um crime capital contra a integridade do vizinho (Dt 22,22) neste caso fica avaliado somente como violação do sagrado (v. 20). A mesma observação vale para o v. 19, contato sexual com uma menstruada. Tipicamente, as palavras avaliadoras (v. 17, 22, 23) expressam, de uma maneira ou outra, a des-sacralização do divino (“abominação” etc.). Toda a passagem (v. 19-23), incluindo a advertência

contra Moloc, está vibrando com exortações a respeito de reconhecer e proteger a esfera íntima de Deus mesmo, isto é, a aura cultural englobando o santuário, mas também - conforme as exortações de serem santos - o povo de Israel próprio. Tais prescrições culturais têm os seu lugar vivencial na comunidade de fé, mas especificamente o meio da liderança teológica preocupada com questões da compatibilidade dos seres humanos com o seu Deus.

Contendo regras de adaptação à esfera santa, o nosso trecho pertence junto com outras orientações de cunho cultural, a saber, a lei de pureza de Lv 11-15. Estas leis orientam entre outros, sobre a carne que se pode comer ou não, como trata de certas erupções da pele ou da parede da casa; o que fazer com menstruas e homens sofrendo de ejaculação seminal ou fluxo genital qualquer, etc. Tudo isso nos demonstra claramente, quais os parâmetros da proibição da homossexualidade masculina: O contexto vivencial não é, em primeiro lugar, a vida diária com as suas exigências, nem é o plano jurídico ou militar da sociedade maior, mas sim, e destacadamente a área cultural com as suas deliberações sucintas de como proteger Deus mesmo da impureza humana.

3) *Funções da proibição*

Não é fácil, na verdade, entender e localizar corretamente a proibição da homossexualidade no seu contexto das leis de pureza. A dificuldade é causada pelo sistema bem diferente em nossos dias de interpretar o mundo em relação à santidade divina e a vida profana. Primeiro, temos que demarcar aquilo que não é referido no texto de Lv 18,22 (apesar do fato, que tem muitas interpretações modernas nesses sentidos):

Não se constata uma rejeição moral da homossexualidade, por que esse aspecto ético nem é presente em todo o trecho dos v. 19-23. Atos homossexuais aqui são considerados perigosos para a esfera divina e cultural, como a menstruação e o contato do homem com o sangue feminino. Não se reflete, de uma maneira ou outra, sobre o

valor ou desvalorização de amizades entre homens. Relações inter-pessoais constantes ou permanentes não são tematizadas; apenas atos individuais de coabitação e o seu efeito na esfera da santidade divina. Não se visa, em Lv 18,22, qualquer punição do homossexual. Da mesma forma, o adultério do v. 20 não fica perseguido de maneira jurídica. - Não entra em cogitação a possível orientação inerente (ou adquirida) do homossexual que os especialistas de hoje descobriram numa pequena minoridade da população. Não se pretende, em Lv 18,22 destacar a homossexualidade em cima das outras "aberrações" culturais. Todos os cinco "erros" objetivos são atos nocivos, em si, à área sagrada sem diferença de gravidade. Quem tenta implementar a proibição isolada da homossexualidade não está ouvindo a mensagem do texto exigindo atenção igual às outras advertências.

Qual, então, a finalidade da proibição citada? Mais uma vez: Quer ela, junto com as outras regras, apontar para comportamentos sexuais incompatíveis (conforme a tradição da comunidade judaica antiga) com a essência de Javé bem como a existência da comunidade de fé. O ponto crítico está na definição do sagrado mesmo. Conforme os autores e redatores de Lv 18, o sagrado é uma zona física existente dentro do templo bem como na comunidade judaica, o povo de Deus. Essa zona tem limites físicos; fora dela está reinando outra força antagonica, chamada de "impureza". Trata-se, neste modelo do mundo, de um certo dualismo do "sagrado" contra o profano. A comunidade de Javé, na última análise, tem que se separar do mundo impuro para vivenciar a sua própria pureza. Julgamos, espero, estar superada tal interpretação do nosso mundo coerente e integralmente em sua beleza e pureza, bem como seus antagonismos mortíferos. Talvez seja uma metáfora legítima comparar a esfera de santidade da antigüidade com uma concentração perigosa de matérias químicas ou condensações altas de energia (ex. bomba atômica) no mundo de hoje. As duas acumulações não podem ser perturbadas

por objetos intrusos para não arriscar uma explosão ou poluição enorme.

4) Ameaças de morte

As proibições estreitamente culturais e as leis de pureza não são os únicos conteúdos da pregação do livro Levítico. O capítulo 19, por exemplo, contém uma coleção colorida de orientações culturais e éticas, colocadas sob a exigência central de “serem santos” (Lv 19,2). Para nosso entender e sentimento esses mandamentos mistos culminam na exortação de “amar o próximo” e “amar o estrangeiro” como a si mesmo (Lv 19,18.34). Isto quer dizer: todas as exigências propostas no livro de Levítico, sejam elas de cunho cultural ou ético, servem entre outras coisas para a finalidade central, a saber: a de proteger a esfera divina de Javé.

Lv 20, por sua vez, exibe afinidades especiais para com o capítulo Lv 18, a respeito de estrutura, composição, e temática. A moldura externa do texto (v. 1-8; 22-26) utilizando um discurso parenético, denuncia certas formas de apostasia e pessoas apóstatas (por ex. sacrifício ao Moloc; encantadores, médiuns, mágicos) para finalizar com uma nova admoestação de “serem santos” e cuidar dos mandamentos divinos (v. 7-8). Na parte traseira dessa moldura literária (v. 22-26, terminando na exortação de “serem santos”) ocorre intensamente o apelo de separar-se dos povos alheios inclusive dos animais impuros, para salvar a santidade da terra (v. 24-25).

O núcleo de Lv 20 também está composto de normas culturais, similares àquelas de Lv 18. A formulação, no entanto, é diferente. Não usa-se em Lv 20,9-21 o estilo proibitivo (“Não descobrirás ...”) mas, sim, uma formulação descritiva com nomeação da transgressão feita e da consequência cultural (“O homem que se deitar ..., será morto.”). Chama atenção que as regras articuladas em Lv 18 reaparecem quase na sua totalidade em Lv 20, mas misturadas, de modo, que as duas listas distintas e mais ou menos homogêneas de Lv 18,7-16 e Lv 18,19-23 não são preservadas

intactas no capítulo 20. O ponto de vista de manter a paz sexual dentro da família grande desapareceu. Resta somente o interesse claro de regulamentar comportamentos culturais para proteger a santidade do sagrado. Além disso, as pessoas que escreveram e transmitiram o catálogo novo destacaram as consequências graves para o transgressor. Não se trata, conforme A. Alt e muitos outros especialistas, de uma punição na corte civil ou talvez numa corte sacerdotal. “Será morto” (em Hebraico: *mot jumat*) ao contrário, avisa um veredicto divino a ser executado somente por Deus mesmo. Ele pode punir ou deixar de punir um homem que se atreva de perturbar a esfera sagrada pelo seu comportamento blasfêmico. Os compositores de Lv 20 usaram sete vezes tal aviso fatal: “Ele/ela será morto ou morta” (Lv 20,9-16). Acrescentaram ainda expressões de profunda abominação diante os atos horríveis, uma vez a ameaça “O seu sangue cairá sobre ele” (Lv 20,9.11.12.13.16) e as palavras típicas de distanciar-se desse pecado cultural: “contaminação”, “abominação”, “monstruosidade” (Lv 20,12.13.14).

O que acabamos de descrever se referiu sobretudo ao trecho Lv 20,9-16. Ali encontramos fortes ênfases na condenação total dos atos sexuais ilícitos e perturbadores a respeito do sagrado. Antes de voltar para essa lista queremos brevemente olhar o trecho seguinte, a saber v. 17-21, definitivamente relacionado à lista precedente de ameaças terríveis mas mesmo assim um texto de caráter próprio. Não contém nenhum veredito divino do tipo “ele será morto”. Em seu lugar pronuncia “aniquilação” sobre alguns malfeitores (v. 17.18). Em seguida, porém, o pecador que coabitou com uma tia paterna ou materna ou com a mulher do próprio tio só recebe o anúncio de graves consequências em termos muito gerais (“levarão o peso de sua falta”, v. 19.20), o último versículo acrescenta ainda: “morrerão sem filhos” como indicação da medida punitiva concreta por parte de Deus. O último caso nessa segunda lista de transgressões culturais parece, no seu julga-

mento, o mais leve: “o homem que toma para si a mulher de seu irmão comete uma torpeza, pois descobriu a nudez de seu irmão e morrerão sem filhos.” (Lv 20,21). Comparando todos os casos de atos sexuais perigosos ao sistema sagrado contidos em Lv 20,9-21 não podemos enxergar uma hierarquia de gravidade ou peso espiritual. Ao nosso olhar cada uma dessas infrações culturais vale a mesma coisa, a saber, irrita e danifica o sagrado, essa esfera de Deus no meio do mundo real. Duvido, que os redatores ou compositores do capítulo quisessem estabelecer uma ordem decente de pecados gravíssimos e sob ameaça de morte (Lv 20,9-16) e pecados mais leves (v. 17-21). É bem óbvio, por outro lado, que a segunda lista com efeito avisa conseqüências mais toleráveis e menos radicais. Por que? A única explicação, quer me parecer, é a hipótese de que estamos enfrentando, em Lv 20, camadas diferentes de tradição. Isto seria um fato importante, alertando-nos de uma realidade eminente dos testemunhos bíblicos. Não há uniformidade teológica e ética dentro das Escrituras, mas sim, mentalidades e opiniões bem divergentes conforme os lugares vivenciais, nos quais se desenvolviam os textos diferentes. Nosso caso de duas listas distintas de pecados sexuais contra o sagrado mostra nitidamente avaliações variáveis a respeito da gravidade dos atos cometidos e das conseqüências a serem assumidas pelos transgressores.

Voltando para a primeira lista de ameaças fortíssimas (Lv 20,9-16) na qual encontramos a condenação mais forte da homossexualidade masculina, queremos analisar um pouco mais de perto os atos proscritos e seus conotações. São oito as ordenanças acumuladas no trecho Lv 20,9-16. Começa a enumeração com uma sentença alheia à esfera sexual, talvez importada do catálogo Ex 21,12-17: “Quem amaldiçoar a seu pai ou a sua mãe deverá morrer.” (Lv 20,9). Provavelmente é um acréscimo posterior com finalidade de complementar a condenação de atos horríveis. Maldições em si são forças perigosas para a vida cultural semelhantes à potência sexual. No restante, tem

exclusivamente tabus sexuais. Em primeiro lugar o caso de adultério (v. 10; cf. Lv 18,20) talvez formulado em analogia ao decálogo (cf. Ex 20,14). Seguem-se as relações sexuais com a mulher do pai (não sendo a mãe do transgressor) e com a mulher do filho (v. 11.12; cf. Lv 18,8.15). Essas duas infrações remontam à esfera familiar, da convivência num grupo íntimo (cf. Lv 18,7-16). Mas o resto das sentenças, Lv 20,13-16, não tem nada a ver com a situação familiar. São quatro as advertências contra atos homossexuais entre homens (v. 13), relações sexuais com uma mulher e sua mãe (v. 14), relações sexuais de um homem com um animal (v. 15) e, da mesma forma, de uma mulher com animais (v. 16). Esses veredictos em Lv 18 tem o seu lugar fora das proibições familiares, a saber entre as normas culturais (Lv 18,17.22.23) em seqüência diferente do capítulo 20. Surge a pergunta, por que os compositores de Lv 20 reuniram dessa maneira uma escolha aparentemente arbitrária de estipulações para fazer delas um catálogo de ameaças mortais principalmente contra certas transgressões sexuais?

Ameaças de morte, às vezes em forma aberta de maldição, no Antigo Oriente pertenciam ao instrumental para implementar sanções religiosas (cf. Gn 2,17; Lv 24,16s; 27,29; Nm 15,35; Ez 18,13). Catálogos de maldições foram usados em cerimônias profiláticas (cf. Ex 21,12-17; Lv 26,14-33; Dt 27,15-26; 28,15-44; Ez 18,10-13). As maldições contra transgressores potenciais visam impedir a transgressão e manter intacta a esfera sagrada. Especialmente Dt 27,15-26 exhibe uma certa afinidade para com o nosso texto. Este catálogo de maldições contém ao lado de interdições de crimes sociais não menos do que quatro acusações de “aberrações” sexuais: coabitação com a mulher do pai, com animais, com a própria irmã, com a sogra (Dt 27,20-23). Tal lista não pressupõe a comunhão íntima de uma família morando sob um teto comum, por que a sogra de um homem de certo homem morava em sítio alheio. Parece, que a lista de Dt 27, como aquele de Lv 20 revela o interesse na

pureza cultural. Significativamente, no entanto, não inclui a denúncia da homossexualidade em sua fila. Isto quer dizer: Temos duas tabelas diferentes de emitir profilaticamente ameaças de morte contra transgressões sexuais. Em ambos os casos, porém, são reunidos alguns atos considerados gravíssimos, para servirem de ilustração dos perigos iminentes para a santidade de Deus. Outras regras culturais, para fazer essa comparação, prevêem conseqüências menos graves em caso de transgressão cultural, como é o contato externo com coisa "abominável" ou a comida de carne proibida (cf. Lv 11,24-43; 20,25). Em uma situação tal a impureza adquirida é mais leve e pode permanecer até a noite do mesmo dia, ou talvez por alguns dias. Não leva à morte, mas sim, pode ser tirada por absolvição ou expiação em tempo propício.

As ameaças de morte que encontramos em Ex 21,12-17; Lv 20,9-16; Dt 27,15-26 de qualquer modo não são do tipo "sentença jurídica" da jurisdição israelita local ou imperial (cf. H. J. Boecker; H. Niehr). Forma, conteúdo, estilo retórico levam-nos no campo de exortação comunitária e da prédica como lugar vivencial do texto. Imaginamos o líder de uma comunidade exílica que se agita com os perigos de impureza cultural oriundos da sexualidade dos fiéis. Zela ele contra atos sexuais irregulares conforme as regras e tabus da liderança, enfatizando que transgressores merecem o castigo máximo. Uma vez ele até ordena morte no fogo (Lv 20,14; cf. Gn 38,24); em casos semelhantes normalmente se propõe apedrejamento (cf. Lv 24,16; Dt 21,21; 22,24 etc.). A escolha particular de cada lista de ameaças profiláticas provavelmente dependia da situação especial da comunidade portadora do culto e da prédica. Nós temos que refletir, neste ponto, sobre a inclusão da homossexualidade masculina em uma dessas listas de perigo cultural. Os catálogos semelhantes no que diz respeito à preocupação e ao zelo pela esfera sagrada, Dt 27,20-23 e Ez 18,5-9, não mencionam atos homossexuais, embora tratam de certos comporta-

mentos sexuais. A falta de prescrições referente à homossexualidade na maioria das leis existentes da tradição israelita bem do Oriente Médio antigo geral comprova a tese articulada antes, de que a homossexualidade era tema quente nos meios teológicos e comunitários apenas em determinados momentos da história ou da situação da comunidade religiosa.

5) *Estruturas sociais e mentais*

Como afirmamos, já no início deste ensaio, a composição e proclamação de textos sempre ocorre em determinadas constelações culturais e sociais, nunca num vácuo espiritual ou cultural. Entre os pesquisadores do Antigo Testamento há quase unanimidade quanto à origem das regras "sacerdotais" de pureza e impureza, notavelmente no livro Levítico. Pensa-se que foram articuladas ou pelo menos redigidas no quinto século a.C., na época persa. É neste período que temos que procurar as estruturas externas e internas que produziram também os tabus sexuais dos quais falamos.

Se bem que não temos muitos recursos para reconstruirmos os contornos exatos da vida e do pensamento judios da época persa, chega aquilo que temos na Bíblia e pelas escavações arqueológicas para entendermos melhor as ânsias e aspirações do povo israelita de então. Com a derrota do estado Judá, a perda da monarquia davídica, a dependência dos impérios grandes, as deportações de milhares de habitantes após 587 a.C. começava uma vida profundamente alterada. Agora, o povo de Judá existia não mais em forma política mas apenas em forma religiosa, como povo de Javé e comunidade de fé. Existia, isto sim, em aldeias e cidades, mas espalhado pelo mundo afora, em Babilônia e Egito, em Palestina e países vizinhos. Os persas permitiram e promoveram a reconstrução do templo em Jerusalém. A re-inauguração aconteceu no ano 515 a.C. Logo, ocupava um lugar especial na fé e vivência dos judeus. O templo tornava-se um lugar central para todo mundo judeu se orientar nele. Mas não

foi o único e exclusivo objeto de sonhos comuns. A rica religião herdada dos antepassados implicava muitos traços não centralizados ou centralizáveis, como é a torá, as festas locais (algumas festas se tornavam peregrinações para Jerusalém), sábado, circuncisão e, provavelmente, cultos sinagogais no lugar mesmo de moradia.

Assim vemos, dentro da comunidade judaica a partir do segundo Templo, desenvolvimentos diferentes e parcialmente conflituosos. Havia as famílias tradicionais do sacerdócio que outra vez tomaram conta do sistema sacrificial e expiatório do santuário central. Lv 21s mostra, como os sacerdotes foram sujeitos a exigências de pureza pessoal. Mas mesmo nessas regras referentes ao estado pessoal os sacerdotes não eram afastados da comunidade. Ao contrário, as santidade exigida do pessoal do templo quase inteiramente também se exigia do povo como um todo. Existia uma certa interdependência entre povo e sacerdotes neste ponto. A mensagem para o povo a respeito do sacerdote reza assim: "Tu o tratarás como santo, pois oferece o pão do teu Deus. Será santo para ti, pois eu sou santo, eu Javé, que vos santifico." (Lv 21,8; cf. E.S. Gerstenberger, 1992). Por causa dessa interligação de sacerdote e povo no conceito de santidade as exigências particulares para o sacerdote oficiando no altar de Javé (e para o sumo-sacerdote) são apenas pouco mais elevadas do que para a comunidade em geral (cf. Lv 21). Curiosamente, as regras de pureza aplicadas para o povo todo em Lv 11-15 por grande parte não se repetem nos regulamentos para o ofício sacerdotal. Aparentemente, se pressupõem como válidas igualmente para os sacerdotes. Lv 21,1-15 faz questão somente que o sacerdote se cuide muito bem para não contrair impureza por contato com mortos ou mulheres impuras. Outras estipulações cultuais quase passam despercebidas, notavelmente também as regras férreas sexuais de Lv 18 e 20.

Ao lado dos sacerdotes surgiu uma outra classe de líderes locais e nacionais naquela época pós-exílica. O protótipo na nossa literatura he-

braica é Esdras (cf. Ne 8). Ele exemplifica o sábio da torá, o instrutor e pregador da vontade de Javé, a partir das Escrituras sagradas. Foram os escribas e historiadores que, como discípulos de Esdras e de Moisés, integravam a liderança das comunidades judias. Agora, é obvio, que eles transferiram muitos conceitos do sagrado para o culto sinagoga ao redor da palavra de Deus e dos rolos da torá. Igualmente, a lei cultural estava dentro da torá, os mesmos escribas tinham que copiá-la e interpretá-la para a comunidade. Assim, se deu uma forte união de interesses teológicos entre sacerdotes e escribas. Sem dúvida, também, alguns sacerdotes mesmos se tornavam escribas e intérpretes da lei. A tradição cultural perdurou através dos séculos e ainda hoje em dia está viva nos meios ortodoxos do judaísmo. Testemunhas importantes dessa tradição encontramos no "rolo do templo" de Qumran, e nas escritas rabínicas, principalmente a Michna e os Talmudes. Mesmo assim, os escribas representam uma classe diferente do sacerdócio. O sistema de pureza e santidade provindo do culto sacrificial no fundo é outra coisa diferente da transmissão, do estudo, da pregação do ensinamento divino e da palavra escrita de Deus. Quanto à sexualidade, ela tem importância inata para o culto sacrificial, desde os primórdios da humanidade (cf. W. Burkert; J. Ochsorn). Em relação aos escribas, em princípio, sua tarefa de estudar e interpretar literatura sagrada não deveria ter tido grande valor.

Sob liderança de sacerdotes e escribas a comunidade judia se formava nos séculos após a derrota pelos Babilônios. O estudo mais de perto da assim chamada tradição "sacerdotal" no Pentateuco revela que a influência leiga era forte desde o início nas comunidades judias. As elites espirituais não conseguiam dominação total das comunidades. Não ergueram um "estado divino" ou "reino de Deus" com clérigos na ponte de comando. O elemento leigo (e talvez feminino) era forte, se bem que a literatura oficial não deixava transparecer todas as influências desses seto-

res. Podemos imaginar que membros simples de comunidade parcialmente internalizavam regras de pureza e de santidade. Mas de jeito nenhum, conforme experiências cotidianas de qualquer pastor ou pastora de comunidade hoje as atitudes e os comportamentos da comunidade coincidem inteiramente com as doutrinas e regras defendidas pelas lideranças. Sempre há um hiato bem grande entre as duas camadas da comunidade, e na verdade, a literatura geral da Bíblia justamente comprova essa dicotomia. As ordenanças culturais (ou até somente os motivos, o vocabulários delas) preservadas em estratos literários "sacerdotais" raramente transparecem em outros gêneros da literatura hebraica (cf. 1 Sm 21,5; Jó 31; Sl 15; 24; Es 9s; Ne 10). Tardiamente na história do Antigo Testamento temos indícios de que as leis que regem as refeições (cf. Lv 11; Dt 14) entraram na consciência do povo (cf. Dn 1).

Diante desse quadro colorido da comunidade judia do século V a.C. devemos fazer mais uma colocação. Acredito que reinava um equilíbrio relativo entre as diferentes classes e grupos da comunhão nascente do judaísmo e, com isso, uma democracia relativa. Este estado promissor não se pode esconder, porém, o fato de que havia conflitos às vezes violentos entre frações opostas desde o início. Houve rupturas violentas e cismas sem fim entre grupos já na época do Antigo Testamento. Todas elas sinalizam que grupos diferentes lutavam pelo poder ou por reconhecimento. Em Nm 12 e 16 lemos sobre uma oposição profética e sacerdotal contra a linha mosaica dominante. Nos livros dos profetas encontramos vozes dissidentes e denúncias de seitas (cf. Is 57,1-13; 66,5; Ez 13 etc.). Em suma, havia brigas e colisões marcantes dentro da comunidade judia desta época. E aquelas lideranças que propagavam as regras de pureza e impureza naturalmente utilizavam também essas mesmas normas como instrumentos de exercer influência e poder. Afinal, eram eles que deram as prescrições culturais, e eles mesmos supervisionavam a implementação dos mandamentos e

julgavam casos em dúvida. Assim, os sacerdotes tem que decidir em casos de infecções cutâneas ou das paredes de casa (Lv 13s), sem chances de apelação a um juízo superior. Quando se fala em ordenanças sagradas temos que nos lembrar, que tais normas não provém diretamente do céu, mas sim, de certas constelações sociais e culturais. E as regras concretas são feitas e administradas por pessoas procurando e defendendo os seus próprios interesses. A questão do interesse e poder envolvido em textos também constitui um fato a considerar na interpretação da Bíblia e de qualquer outros documentos.

IV. Síntese

Qual o resultado do nosso estudo veterotestamentário sobre a homossexualidade masculina?

1) *Importância do tema*

A homossexualidade não é o tema mais relevante do Antigo Testamento. Fica bem à margem de toda a literatura preservada. Textos jurídicos, sapienciais, historiográficos, narrativos, líricos não conhecem o problema. Mesmo no livro de Levítico as únicas referências são aquelas dos capítulos 18 e 20. Lá, a posição da homossexualidade não é singular, mas ela ocupa um lugar entre tantos outros assuntos semelhantes. Nem podemos isolar a questão da homofilia de seu contexto decididamente cultural, ao lado de outras ofensas sexuais. Isto quer dizer: A homossexualidade certamente era conhecida em Israel, mas via de regra, ela não chamou muito atenção na vida real. Amizades íntimas entre homens ou mulheres foram consideradas normais.

2) *Sexualidade e família*

A heterossexualidade chamou muita atenção nos tempos veterotestamentários. Era a força procriadora necessária para sobrevivência do grupo familiar. Partindo dessa observação e do fato de que as duas narrativas da criação (Gn 1 e 2) focalizam o surgimento de um casal humano, não se pode deduzir que os antigos Israelitas

só conheciam e reconheciam a comunhão matrimonial. Tal conclusão é uma constatação dogmática, não é resultado exegético. Ignora ela os testemunhos positivos de convivências de homens e de mulheres entre si, e estas, as vezes com crianças (cf. 1Sm 10,10; 22,2; 1Rs 17,7-16; 2Rs 4,38-41; 6,1s; 8,1-6). Os exemplos de amizades íntimas entre Rute e Noemi, Jônatas e Davi, demonstram uma aceitação natural de comunhões unilaterais.

3) *Aversões*

Algumas narrativas do Antigo Testamento (Gn 19; Jz 19) revelam que em tempos e regiões determinadas houve receio forte quanto a atos violentos homossexuais. Os malfeitores desonram hóspedes e o narrador os descreve como monstros sexuais. Nem por isso, no entanto, podemos atribuir a partir destes contos a condenação da homossexualidade em geral. Atos violentos homossexuais (usados também na lei da Assíria média como punição de criminosos) não invalidam automaticamente relações felizes entre homens, assim como estupros heterossexuais não anulam o valor de relações boas entre mulher e homem. As narrativas indicadas dificilmente querem denunciar pessoas de orientação homossexual. Antes, pretendem acusar atos de violência contra hóspedes. O tema de pessoas homossexuais que foram discriminadas e marginalizadas, perseguidas ou toleradas no antigo Israel não tem resposta por falta de documentos relevantes.

4) *Avaliação moderna*

Como apontamos no início, temos que tomar conta da nossa situação de hoje para avaliar a questão desta temática. Reconhecemos, que a visão da sexualidade e homossexualidade no antigo Israel foi limitada pelos interesses, conhecimentos, preconceitos, etc., da sociedade vigente. (O mesmo vale para nós hoje, de maneira contextual). Neste sistema antigo enxergavam-se apenas os supostos efeitos maus de atos individuais na esfera sagrada. Hoje, sabemos bem melhor do que

os antepassados, que uma minoria em qualquer sociedade humana está vivendo com orientação fixa para pessoas do mesmo sexo, seja essa orientação inata ou adquirida (muitos pesquisadores pensam numa taxa de 4% a 6% da população). Nós temos que reconhecer, a partir do amor de Deus, a realidade desses casais homossexuais e o sofrimento milenar que pessoas semelhantes experimentavam especialmente durante a história eclesial cristã (cf. J. Boswell).

5) *Condenação?*

A condenação brutal de pessoas homossexuais em Lv 18 e 20 não é universal na Bíblia. Ela se deu dentro de situações especiais em determinados momentos da história de Israel ou do judaísmo iniciante. Provavelmente os autores ou compositores de Levítico se sentiam ameaçados por qualquer atividade sexual. A menstruação das mulheres para eles era igualmente uma fonte de inquietação profunda. É possível que eles experimentavam irregularidades sexuais nos próprios meios sacerdotais. Em todos os casos, a reação extrema deles em Lv 18 e 20, deixa transparecer um medo enorme da sexualidade em geral e de todas as irregularidades especialmente desta época. A condenação radical é um produto de medo e, quem sabe, um instrumento de poder para os governantes da comunidade.

6) *Conceitos do mundo*

A razão principal pela qual não podemos simplesmente aceitar as ameaças de morte contra homossexuais, nem qualquer discriminação deste grupo minoritário é a seguinte: A conceituação do mundo puro e impuro da antigüidade não pode ser mais o nosso modelo de explicação e nem de entender o nosso mundo de hoje. Estabelecer uma divisão física entre o Deus santo (e templo, povo, objetos santos) e uma realidade física de abominações não é lícito diante de Deus e do Evangelho de Cristo. Criaria um abismo entre uma ilha pequena de poucos escolhidos e a 'massa perdida', da criação boa e da humanidade

amada por Deus. O sagrado, ao nosso ver, não tem lugar físico demarcado, não precisa ser fisicamente protegido, não fica incompatível com a sexualidade. Tentando definir e delimitar o sagrado temos que aplicar outras categorias, por exemplo, da ética social. Quais as forças opostas ao sagrado? Não são as potências destruidoras e injustas nesse mundo?

V. Buscando por critérios

Ouvir de modo responsável as mensagens bíblicas significa entendê-las em seu contexto original e discutir os desenvolvimentos análogos em nosso tempo. Em seguida, temos que chegar a conclusões próprias condizentes aos problemas de hoje. Linhas mestras neste processo de dialogar com a Bíblia podem ser as seguintes:

5.1) A divisão de esferas na visão sacerdotal da antigüidade tem que ser revisada. Será que esse modelo de interpretação coaduna-se com o traço fundamental de muitas afirmações teológicas da Bíblia, a saber, que Deus criou o mundo inteiro e chamou tudo de "bom"? Justamente diante da crise mundial ecológica não devemos insistir na unidade da criação, partindo do planeta inteiro e chegando até os bichinhos e bactérias?

5.2) Qual o valor da sexualidade humana? Ela realmente está ocupada pelos demônios maus, opostos ao Deus bom e puro? Ou pode ser, quem sabe, uma dádiva boa e alegre do Deus carinhoso? O cristianismo, identificando sexualidade com pecado, tem destruído largamente a naturalidade e alegria das relações íntimas dos/as fiéis. Porque não tirar a sexualidade da posição elevada e personalizá-la? Se não é uma força satânica, não precisa da supervisão oficial.

5.3) De onde vem hoje em dia os perigos maiores para existência humana e do mundo? Entendemos, nesses tempos sempre mais ameaçados pela autodestruição da humanidade, que o nosso mundo é único, englobando todos os seres vivos, e a natureza maior, bem como todas as etnias, nações e indivíduos. No entanto, de onde vêm os perigos? A verdade é que são os produtos

químicos e militares poluem este planeta bonito, não a nossa sexualidade!

5.4) Como julgar a homossexualidade humana? Não devemos partir (em vez de atos individuais) do amor vivenciado no mundo, e dos testemunhos de pessoas homossexuais mesmas? Por que insistir em atos isolados de relações sexuais como base de discussão? O ser humano integral está em debate. Como integrar, no discurso teológico, os conhecimentos das ciências humanas sobre a homossexualidade?

5.5) Estamos vivenciando tempos de transformações rápidas e profundas. O núcleo familiar ainda resiste à sua desintegração total. Mas fica claro que novas formas de convivência humana estão sendo procuradas. Ninguém sabe ainda em que direção o desenvolvimento vai progredir ou regredir (cf. E. Badinter). Não é legítimo, até ordenado por Cristo oferecer todas as chances para inventarmos novas formas de convivência orientadas pelo amor mútuo?

Bibliografia

- ACKROYD, Peter R. *Exile and Restoration*. Londres, 1968.
- ALT, Albrecht. *Die Ursprünge des israelitischen Rechts* (1934). Munique, 1953, p. 278-332 (Kleine Schriften zur Geschichte Israels, 1).
- BARSTAD, Hans M.. *The Religious Polemics of Amos*. VT.S. 34, Leiden, 1984.
- BEYERLIN, Walter (Hg.). *Religionsgeschichtliches Textbuch zum Alten Testament*. ATD Erg. 1, Göttingen, 1975.
- BOECKER, Hans Jochen. *Recht und Gesetz im Alten Testament und im Alten Orient*. Neukirchen-Vluyn, 1984.
- BONINO, Míguez. *La fe en busca de eficacia*. Salamanca, 1977.
- BORGER, Rykle. *Die mittelassyrischen Gesetze*. In: O. Kaiser (Hg.). *Texte aus der Umwelt des Alten Testaments*. Bd. I, Gütersloh, 1982, p. 80-92.
- BOSWELL, John. *Christianity. Social Tolerance, and Homosexuality*. Chicago 1980.
- BOTTERO, J. und Petschow, H., *Homosexualität, Realenzyklopädie für Assyriologie IV*, Berlim, 1972.
- BURKERT, Walter. *Homo necans*. Berlim, 1972.
- COOPER, J.S. HEILIGE HOCHZEIT B, *Reallexikon für Assyriologie*, vol. 4, Berlim, 1972, p.259-269.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger*. Londres, 1966.
- ELLIGER, Karl. *Das Gesetz Leviticus 18*, ZAW 67, 1955, p. 1-25.
- GERSTENBERGER, Erhard S. *Wesen und Herkunft des 'apodiktischen' Rechts*. Neukirchen-Vluyn, 1965.
- GERSTENBERGER, Erhard S. *Jahwe – ein patriarchaler Gott?* Stuttgart, 1988 [Inglês: *Yahweh, the Patriarch*. Minneapolis, 1996]

- GERSTENBERGER, Erhard S. Er soll dir heilig sein. In F. Crüsemann et al. (eds.). *Was ist der Mensch?* Munique, 1992, p.194-210.
- GERSTENBERGER, Erhard S. *Das Dritte Buch Mose, Leviticus*. Göttingen, 1993 (= 1993a), [Inglês: *Leviticus, A Commentary*, St. Louis 1996]
- GERSTENBERGER, Erhard S. Apodiktisches Recht – Todes recht? In P. Mommer et al. (eds.). *Gottes Recht als Lebensraum*. Neukirchen-Vluyn, 1993 (= 1993b)
- GERSTENBERGER, Erhard S. Andere Sitten – andere Götter, In I. Kottsieper et al. (eds.). *Wer ist wie du, Herr, unter den Göttern?* Göttingen, 1994, p.127-141.
- HARAN, Menahem. *Temple and Temple-Service in Ancient Israel*. Oxford, 1978.
- KEEL, Othmar & UEHLINGER, Christoph. *Göttinnen, Götter und Gottessymbole*. Freiburg, 1993.
- KRAMER, Samuel N. *The Sacred Marriage Rite*. Bloomington, 1969.
- KÜHNE, Cord. Hethitische Dienstanweisungen. In W. Beyerlin (ed.). *Religionsgeschichtliches Textbuch zum Alten Testament*. Göttingen, 1975, p.200-204.
- NIEHR, Hermann. *Rechtsprechung in Israel*. Stuttgart, 1987.
- OCHSHORN, Judith. *The Female Experience and the Nature of the Divine*. Bloomington, 1981.
- PEDERSEN, Johannes. *Israel, its Life and Culture*. 2 vols. Londres, 1946.
- RENDTORFF, Rolf. *Leviticus*. Neukirchen-Vluyn, 1985ss.
- RENGER, Johannes. *Heilige Hochzeit, Reallexikon für Assyriologie: vol. 4*. Berlim, 1972, p. 251-259.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Petrópolis, 1979.
- RICHTER, Horst Eberhard. *Der Gotteskomplex*. Hamburg, 1979.
- SCHROER, Silvia e STAUBLI, Thomas. Saul, David und Jonatan – eine Dreiecksgeschichte? *Bibel und Kirche* 51, 1996, p. 15-22.
- SCHULER, Einar von. *Die hethitischen Gesetze*. TUAT vol. 1, Gütersloh, 1982, p. 96-123.
- Segundo, Juan Luis. *Liberacion de la teologia*. Buenos Aires, 1975.